

PSD quer Referendo a 13 de Junho

O **Conselho Nacional do PSD**, sob proposta do Presidente do Partido, aprovou directivas para o Grupo Parlamentar incluir no **projecto de Revisão Constitucional** a possibilidade da realização “*de um referendo sobre o Tratado Constitucional, em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu*”.

desenvolvimento na pág.7



O que quer o PS ?

O referendo não pode ser uma moda nem uma brincadeira.

Queremos mesmo que os **portugueses se pronunciem inequivocamente** sobre a participação de Portugal nesta **nova fase da construção europeia**.

Temos algumas **más experiências do passado**: O referendo sobre o aborto (matéria que apaixonou a opinião pública) suscitou pouco mais de 30% de participação. Segundo alguns, um referendo sobre a Europa pode ficar-se pelos 20%.

Nesse quadro, seja qual for a posição que ganhasse, é seguro que a legitimidade de qualquer resultado seria questionada face a tão baixa participação.

Quem quer seriamente um referendo sobre a Europa tem, pois, a obrigação de apresentar soluções viáveis. Nós propusémos o dia 13 de Junho, convidando os portugueses a, no mesmo dia, fazer **dois votos pela Europa**, potenciando a participação do maior número de eleitores.

Os socialistas começaram por combater a nossa proposta. Qual é, então, a alternativa que propõem ?

O que quer, realmente, o PS ?

Carlos Coelho

Conferência Intergovernamental

Teresa Almeida Garrett e Carlos Coelho pronunciam-se sobre os trabalhos da Convenção e a preparação da CIG

desenvolvimento na pág. 2

Fundos Estruturais

Joaquim Piscarreta preocupado com o nível de execução dos Fundos

desenvolvimento na pág. 3

ERASMUS MUNDUS

Vasco Graça Moura apoia o Programa e lança questões sobre a sua optimização para os jovens e para as instituições do ensino superior

desenvolvimento na pág. 4



.....

Teresa Almeida Garrett sobre a C.I.G.

Responsabilidade e exigência

No debate sobre a **Conferência Intergovernamental**, Teresa Almeida Garrett afirmou que "às perguntas de Laeken a **Convenção** apresentou as suas respostas num **projecto de Constituição**"



"A qualidade e a ambição das respostas, acrescentou, são conhecidas e reconhecidas por todos. Não são respostas avulsas mas fazem parte de um todo que, com os pés assentes na terra e com muito realismo, aceita sonhar um futuro responsável e exigente para a Europa".

Para Teresa Almeida Garrett, "o projecto apresentado não se encontra na lógica do transitório e do experimental. Aspira à permanência como um texto constitucional que é. Mas

sendo obra humana, não é uma obra perfeita ou acabada. Pode e deve ser aperfeiçoada, desde que se respeitem os seus equilíbrios fundamentais. O relatório Gil Robles - Tatsos é muito claro neste sentido. **Pode e deve a Conferência Intergovernamental aumentar a coerência do texto constitucional e melhorar algumas das suas propostas.** Neste ponto, gostaria de apoiar o que já foi dito pelo relator, o presidente Gil Robles, e pelo presidente da Comissão dos Assuntos Cons-

titucionais, Deputado Napolitano, em relação aos problemas que suscita a solução híbrida e, do meu ponto de vista, infeliz por ineficaz, quanto à composição e ao funcionamento da Comissão.

O Comissário Michel Barnier falou-nos de nostalgia avisando-nos de que não é boa conselheira em política. Julgo que não poderá ser dado melhor conselho aos chefes de governo que têm a responsabilidade de aprovar a Constituição na próxima

Conferência Intergovernamental. O processo que têm agora em mãos não é, de facto, igual aos anteriores, de revisão dos Tratados. **A Convenção não foi apenas uma fase de preparação** igual às anteriores.

Foram atingidos **equilíbrios e consensos politicamente muito importantes que não devem ser desfeitos.** Os chefes de Governo têm, assim, a obrigação de fazer bem melhor e, por isso, é bem maior a sua responsabilidade".

.....

Carlos Coelho considera a Convenção um marco histórico

Sobre a Conferência Intergovernamental Carlos Coelho lamentou "o **desaparecimento das Presidências rotativas do Conselho e a ausência de referências às raízes da nossa cultura e da nossa história comuns**".

Carlos Coelho considerou a criação da Convenção para o Futuro da Europa e o seu trabalho "um marco histórico no percurso da integração europeia", tendo apoiado "a preocupação de **tornar a União mais próxima dos cidadãos e de reforçar o seu carácter**

democrático e melhorar a sua capacidade de decisão, no quadro do alargamento".

O Deputado social democrata sublinhou "o reforço (ainda que tímido) do papel e da capacidade de actuação da União, no plano internacional, tendo presente os desafios da globalização e da crescente interdependência", e salientou "o facto de, pela primeira vez na história da integração europeia, os **Parlamentos nacionais terem papel activo na elaboração de legislação europeia**".

Para Carlos Coelho, com o Tratado Constitucional, "a União adquire personalidade jurídica e

concretiza-se o tão reclamado desaparecimento da estrutura de pilares".



Execução dos Fundos Estruturais:

Joaquim Piscarreta preocupado

Num debate sobre como melhorar a execução dos Fundos Estruturais, Joaquim Piscarreta manifestou preocupação com **"os fundos disponíveis que ficam por utilizar e que ascendem aos 91.6 mil milhões de euros, ou seja o equivalente ao orçamento anual da União Europeia. Findo o prazo para a programação 94-99, ainda existiam cerca de 300 programas do FEDER que não tinham apresentado qualquer pedido de pagamento. Nestas condições, estes valores frisam a aberração."**

O meu único consolo, disse, é saber que **Portugal é dos Estados Membros que melhor aplica os fundos**'.

Joaquim Piscarreta salientou o facto de, "no âmbito

tua-se nos 94.2% de taxa de execução, nitidamente acima dos seus parceiros europeus.

Da mesma forma, o QCA III, que abrange o período 2000-2006, continua muito problemático para a União Europeia. Mas, mais uma vez, os valores portugueses estão no bom caminho, com base nos relatórios intermédios de avaliação".

Joaquim Piscarreta denunciou as "causas de tal subexecução: programações longas e complexas; falta de fiabilidade das previsões de pagamentos e sobreposição de diferentes períodos de programação.

Confrontado com a importância dos valores por utilizar, o Conselho avançou

vio, Joaquim Piscarreta afirmou a sua esperança em que "o próximo QCA IV (2007-2013) **continue a integrar o Algarve como região beneficiária de acções estruturais**, mesmo que no contexto de uma Europa alargada. Caso contrário, parece legítimo exigir uma solução justa que permita a estas regiões, não elegíveis unicamente pelo efeito do empobrecimento estatístico da UE alargada, serem apoiadas no seu



esforço para a convergência".



do Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II), que só agora ficou com os dados todos apurados, Portugal apresentar taxas de execução exemplares : 99.6% no FEDER, 98.3% no FSE, 100% no FEOGA e 90% no IFOP. Considerado na sua globalidade, **Portugal si-**

com soluções que pecam por excesso de prudência". Joaquim Piscarreta manifestou-se "convicto que tais medidas não surtirão os efeitos que se esperam delas, sendo até algumas contraproduativas".

Como português e algar-

Comissão Europeia esqueceu TGV Lisboa-Madrid

Joaquim Piscarreta criticou severamente o "novo plano de Projectos prioritários da UE, conhecido por 'Quickstart Program'. Com o intuito de estimular o crescimento económico europeu através de obras de grande envergadura, a Comissão Europeia apresentou uma lista de 13 iniciativas, 7 delas relacionadas com os transportes ferroviários. **Lamento, disse, não terem integrado as ligações ibéricas do TGV, Lisboa-Madrid, beneficiando apenas as redes de transportes no centro da UE**".

No debate sobre os caminhos de ferro comunitários, Joaquim Piscarreta afirmou que, no seu entender, "a liberalização do sector ferroviário só pode ser entendida num sentido lato, ou seja uma maior concorrência tanto

no transporte de mercadorias como de passageiros, quer no tráfego nacional como no internacional.

Convém combater um preconceito generalizado: **a liberalização dos transportes ferroviários não invalida o aumento dos padrões de segurança.**

Este Pacote ferroviário prevê precisamente o reforço das normas de segurança, nomeadamente através da harmonização dos tempos de trabalho e de repouso dos maquinistas e do restante pessoal que exerça missões de segurança.

Se a tecnologia permite níveis altíssimos de segurança, não há razão válida que a legislação ande a reboque, impondo normas menos protectoras dos passageiros.

ERASMUS MUNDUS:

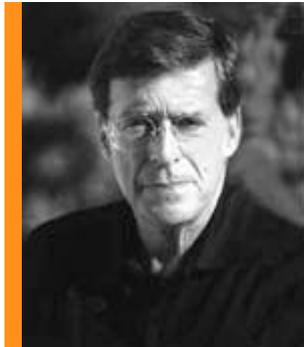
Vasco Graça Moura apoia o Programa

Vasco Graça Moura considerou que o relatório aprovado pelo Parlamento Europeu sobre o Programa **Erasmus Mundus**, com as alterações introduzidas pela Comissão da Cultura, "*tem o mérito de clarificar e reforçar alguns vectores*" deste programa.

Para Graça Moura, "*é importante que se tenha chegado, com o acordo do Conselho de Ministros da Educação, a um envelope financeiro de 230 milhões de euros, valor que se afigura razoavelmente satisfatório. É igualmente importante que este programa abra novas perspectivas ao ensino superior, quer na Europa, quer na sua relação de cooperação com países terceiros, e não apenas a nível dos estudantes, mas também a nível dos próprios professores não europeus convidados*".

Graça Moura sublinhou "*a atenção prestada aos aspectos linguísticos e ao princípio da diversidade cultural, ao rótulo de qualidade e à articulação do ensino superior com a formação profissional*".

Graça Moura salientou ainda que "*subsistem algumas interrogações de fundo. Será por esta via que o ensino europeu conseguirá uma posição*



verdadeiramente competitiva com o norte-americano? Seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos? E, no quadro europeu, conseguir-se-á uma repartição mais equilibrada dos estudantes pelas universidades dos países membros? Só a



experiência do tempo poderá dar resposta a estes pontos. Para já é de aplaudir e de registar que a Europa no plano do seu ensino superior possa contar com mais um instrumento internacional, da maior utilidade, que abre justificadamente muitas das expectativas".

O PSD Disse

Carlos Coelho: "Tráfico de órgãos é abominável"

Carlos Coelho manifestou-se preocupado com a emergência do tráfico ilegal de órgãos e tecidos humanos que considerou um "*fenómeno lucrativo, mas abominável, que ameaça a integridade física das pessoas*".

Carlos Coelho sublinhou que este tráfico "*tornou-se um campo de actividade privilegiado para as redes organizadas (que exploram as divergências e as lacunas existentes nas legislações dos Estados Membros), a expensas dos grupos mais vulneráveis de pessoas, como é o caso das crianças (sendo chocante o número de raptos existente no Brasil e Guatemala) e das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza*".

Com o próximo alargamento, em 2004, acrescentou Carlos Coelho, "*torna-se ainda mais urgente uma acção a nível europeu, pois existe um risco potencial de se abrirem rotas comerciais lucrativas (designadamente Hungria e República Checa)*".

Uma abordagem comunitária

Para Carlos Coelho "*é necessária uma abordagem comunitária integrada, a harmonização das definições das infracções associadas ao tráfico de órgãos e tecidos humanos, e das sanções correspondentes. É importante que se introduza um elemento de extraterritorialidade, de modo a evitar que se procure adquirir órgãos, de forma ilegal, fora do território da União*".

Temos de considerar as causas subjacentes a essa criminalidade: a grave carência de órgãos disponíveis para transplante, que se deve em grande parte à falta de informação do público.

Vários estudos realizados mostram que a larga maioria dos cidadãos declara-se disposta a doar os órgãos após a morte, mas apenas uma pequena minoria expressa formalmente o consentimento".

Sérgio Marques defende

Reforço da segurança marítima

Sérgio Marques defendeu que devem ser assumidos "**compromissos firmes** no domínio crucial da **segurança marítima**, na medida em que deles dependem directamente a qualidade e a segurança dos navios que navegam em águas europeias e a protecção das costas e dos cidadãos europeus de novas catástrofes".

Sérgio Marques sublinhou que "**a segurança é da responsabilidade de todos** e exige um empenhamento de todos! E falo, acrescentou, como Deputado numa Região extremamente vulnerável a este tipo de catástrofes, já que é

ao largo da costa da Galiza, provocou uma enorme catástrofe ecológica e económica, a qual mereceu a maior atenção, desde o princípio, do Parlamento Europeu", tendo referido a sua participação numa delegação do Parlamento que se deslocou em Março deste ano à região da Galiza, constatando "*in loco*" as dimensões do desastre.

O Deputado social democrata, considerou "ter ficado patente a fragilidade dos mecanismos existentes para dar uma resposta rápida e eficaz a este tipo de situações, apesar de existirem dúvidas quanto a



navios estrangeiros pelo Estado do porto de atracagem, sobretudo em relação aos que representem maior risco, o qual exigirá um empenhamento de todos os Estados Membros da União.

No que se refere a medidas concretas de melhoria da segurança marítima, gostaria de salientar e saudar o regulamento que prevê a **proibição do transporte de fuelóleo pesado em navios de casco simples**, causa dos maiores danos em caso de naufrágio, e que antecipa o calendário para a retirada de serviço dos petroleiros de casco simples e a proposta de directiva relativa à poluição por navios e à introdução de sanções, incluindo sanções penais, pelo crime de poluição".

Sérgio Marques referiu ainda "o envolvimento da Comissão na **definição do modelo para o estabelecimento de acordos com a indústria naval**, no sentido de serem assegurados transportes marítimos de qualidade, bem como no reforço da cooperação com países terceiros, por forma a garantir uma aplicação mais vasta destas medidas, atitudes que merecem o meu apoio".



ponto de passagem de muitas rotas marítimas entre as Américas e a Europa. A ilha do Porto Santo já conheceu os terríveis efeitos destes acidentes. Esperemos que com estas medidas a minha Região ou qualquer outra NUNCA MAIS os conheçam de novo".

Sérgio Marques recordou que "o **afundamento do petroleiro Prestige**, em 19 de Novembro de 2002,

um certo número de questões e de estarem ainda em curso investigações sobre as causas exactas da catástrofe".

Sérgio Marques defendeu que "**importa garantir uma efectiva e correcta aplicação da legislação existente**, nomeadamente reforçando o controlo por parte das administrações nacionais. Este reforço deverá passar por um aumento do controlo dos

BREVES

Joaquim Piscarreta sobre Forest Focus:

"Mais verbas para prevenção de incêndios"

Joaquim Piscarreta defendeu que "**a prevenção deve ser parte integrante do programa 'Forest Focus'**, independentemente da existência do Regulamento sobre o desenvolvimento rural. Quando se trata de um tema tão importante como a floresta, uma das riquezas da Europa, não se pode querer poupar uns dinheiros".

Por isso, e com vista ao financiamento destas medidas de prevenção, Joaquim Piscarreta defendeu "um aumento de verbas no orçamento geral da UE, através das perspectivas financeiras, até 2006. Qualquer medida preventiva só é realmente operacional se **dotada de recursos financeiros suficientes**.

Com o flagelo dos incêndios que afectou Portugal no último Verão devastando mais de 10% do território nacional, tornou-se mais evidente que **grande parte do desastre poderia ter sido evitado com medidas de prevenção eficazes**. A União Europeia não se pode limitar a acompanhar os incêndios e intervir depois da calamidade ter ocorrido".

Defesa dos Direitos da Mulher:

Regina Bastos quer mais firmeza da UE

Regina Bastos defendeu "a necessidade de **maior firmeza e maior clareza** na definição dos compromissos que os países terceiros devem respeitar no âmbito dos **Direitos da Mulher**".



Intervindo no debate sobre a violação dos Direitos da Mulher na política internacional da União Europeia, Regina Bastos afirmou que "com o pretexto da cultura e da tradição, as mulheres continuam a ser **vítimas de violência**, em muitas partes do mundo. Da **mutilação genital feminina**, passando pela **lapidação**, até à **exploração sexual** são ainda práticas correntes. E isto é inaceitável, por duas razões: porque constituem violações dos direitos humanos fundamentais e porque são reais atentados à democracia".

Por isso, Regina Bastos defende que "a União Europeia deve usar todos os instrumentos que estão à sua disposição para lutar contra estes flagelos. **A política externa da União é um deles.**

É certo que a União Europeia inclui em todos os acordos estabelecidos com países terceiros uma **cláusula sobre o respeito dos Direitos do Homem e da Democracia**. No entanto, os

seus efeitos no combate à violência contra as mulheres não são ainda suficientes".

Uma dupla abordagem

É, pois, neste contexto que Regina Bastos defende "a necessidade de maior firmeza e maior clareza na definição dos compromissos que os países terceiros devem respeitar no âmbito dos Direitos da Mulher e que nos **futuros acordos comerciais e de desenvolvimento** deverá ser adop-



tada uma dupla abordagem:

A positiva - Os países que adoptem políticas, com resultados efectivos, de combate à violência contra as mulheres deverão ser premiados através da concessão de incentivos e de acordos comerciais mais favoráveis .

A abordagem negativa - a imposição de sanções e

eventualmente a suspensão dos acordos àqueles países que se mostrem complacentes com casos de violação grave dos Direitos da Mulher.

Mas, neste caso, há que avaliar, com cuidado, os eventuais efeitos negativos que tais sanções terão na população".

Ajuda ao desenvolvimento

Regina Bastos defende ainda que "os programas de ajuda ao desenvolvimento

tenham projectos especialmente dedicados aos direitos das mulheres e à luta contra a violência associando as mulheres locais a estas acções.

A mudança de atitude em relação a estas práticas deve fazer-se **tendo como aliadas as mulheres que foram ou estão sujeitas a essas formas de violência** e queiram combatê-la".

BREVES

Transferência de dados UE/EUA:

Os fins não justificam os meios

Carlos Coelho afirmou que "na reacção aos ataques de 11 de Setembro a União Europeia evidenciou solidariedade com o objectivo americano de prevenção e combate ao terrorismo. Porém, por mais nobres que sejam os objectivos, **os fins não justificam os meios**".

Carlos Coelho referia-se às medidas que "os EUA têm vindo a adoptar de reforço do controlo das fronteiras, como a exigência da transferência de dados PNR, por parte das companhias aéreas e lembrou que, em Março deste ano, o Parlamento Europeu considerou inaceitável haver lugar à transmissão desses dados, caso não sejam dadas garantias de um nível de protecção adequado e de respeito pelas regras comunitárias em vigor".

Carlos Coelho salientou ainda que "as conclusões da Comissão indicam que não é possível considerar essa protecção de dados como adequada. Assim, é **essencial pôr fim a qualquer transmissão de dados, que esteja em contradição com as regras comunitárias**".

Ouvir os portugueses sobre a construção europeia:

PSD quer Referendo no dia 13.Junho

O Presidente do PSD, Dr. **Durão Barroso**, dissipou todas as dúvidas propondo o dia **13 de Junho** (dia das eleições para o Parlamento Europeu) como a **solução que permite garantir a maior participação dos portugueses no referendo sobre a Europa.**

Como esta solução carece de alterações à Constituição, comporta um **desafio para o PS. Estará o maior partido da oposição interessado num referendo realmente participado pelos portugueses?**

A solução de 13 de Junho já tinha sido proposta por Carlos Coelho (*vide Carta da Europa Set/Out*).

Em carta que dirigiu a todos os Deputados à Assembleia da República, Carlos Coelho apresentou o **Grupo 13 de Junho**, de que é fundador, e que tem como lema "**Um dia, dois votos pela Europa**".

Creio sinceramente, afirma Carlos Coelho, que "**não se pode adiar mais o momento de convidar os portugueses e os restantes cidadãos europeus a pronunciarem-se sobre esta nova fase do processo de integração europeia.**"

A aprovação do **Tratado Constitucional** pela Conferência Intergovernamental com base na proposta elaborada pela **Convenção para o Futuro da Europa** (com uma composição inovadora) marca, sem dúvida, uma nova fase na Europa que integramos".

Carlos Coelho afirma-se, portanto, "**defensor da convocação de um referendo sobre a participação nesta nova fase da integração europeia. Urge proporcionar um grande debate,**

dar mais informação, exercer a pedagogia democrática e devolver a palavra ao soberano, o Povo".

Para Carlos Coelho, "*em Portugal há uma razão complementar para desejar o referendo: Amiúde, os eurocépticos pretendem diminuir a validade da nossa participação na União Europeia questionando a legitimidade das decisões tomadas pelos órgãos de soberania: Presidente da República, Assembleia da República e Governo.*"

O resultado de um referendo que proporcione a plena participação dos portugueses, constituirá a resposta mais cabal a essas dúvidas ou insinuações. Mas não creio que seja saudável prosseguir e **aprofundar a aventura europeia de Portugal sob a suspeita de que o poder nacional receia submeter essa questão ao Povo soberano**".

Ao argumento de alguns que sustentam que "os referendos são presa fácil das dinâmicas políticas domésticas, deixando passar para segundo plano a matéria substantiva que se submete ao eleitorado", Carlos Coelho responde que "*a circunstância de, no mesmo dia, a mesma questão essencial ser colocada à consideração dos cidadãos europeus não só reforça a dimensão crescente da cidadania europeia, como conduz a*



que o fulcro da questão se centre na Europa e se dificulte a importação casuística de temas paralelos nacionais, regionais ou locais. Tenho a certeza que os portugueses e os restantes cidadãos europeus **saberão distinguir bem** as suas opções e preferências no momento de votar em listas para o Parlamento Europeu e de votar sobre a participação no processo europeu.

Arguir o contrário é minorizar a capacidade e a inteligência do povo português.

Quem quer seriamente um referendo sobre a Europa tem a obrigação democrática de propor soluções que se traduzam no maior nível de participação possível".

BREVES

Pensões de Reforma

Regina Bastos defende sistemas sustentáveis

Regina Bastos afirmou que "*o envelhecimento das populações e o nível de emprego, cada vez mais baixo das pessoas mais idosas, está a pôr em risco a sustentabilidade dos regimes de pensões.*"

Estamos perante a urgência de reformar os sistemas de protecção social. Os Estados-Membros devem cooperar na área das pensões através do método aberto de coordenação, reduzindo as divergências de interpretação decorrentes dos acordos bilaterais".

Regina Bastos defende que "*os Estados-Membros devem adoptar medidas que desincentivem as reformas antecipadas e fomentar - conjuntamente com as empresas, os trabalhadores e os parceiros sociais - o envelhecimento activo*".

Regina Bastos defende também que "*os Estados-Membros devem suprimir dos seus regimes de pensão todas as formas de discriminação com base no sexo e eliminar as diferenças do nível das pensões das mulheres que continuam mais baixas do que a dos homens*".

Moreira da Silva no Governo



O Eng. **Jorge Moreira da Silva** deixou o Parlamento Europeu, tendo sido nomeado **Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Ciência e do Ensino Superior**.

Jorge Moreira da Silva destacou-se no PE enquanto Relator permanente para as Alterações Climáticas, tendo **chefiado as delegações do Parlamento** a todas as conferências internacionais sobre alterações climáticas, bem como a delegação à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo.

Ainda recentemente Jorge Moreira da Silva chefiou uma delegação do PE que se deslocou a Moscovo numa tentativa de obter, por parte das autoridades russas, a ratificação do Protocolo de Quioto.

Moreira da Silva foi autor de vários relatórios, no âmbito da Comissão do Ambiente, destacando-se pela sua importância o relatório sobre a **Directiva do Comércio de Emissões de gases com efeito de estufa**.

Dois novos Deputados do PSD no P.E.

João Gouveia e Raquel Cardoso



O Dr. **João Gouveia** e a Dr.^a **Raquel Cardoso** substituem no Parlamento Europeu respectivamente o Dr. **Artindo Cunha** e o Eng. **Jorge Moreira da Silva**.

O Deputado João Gouveia, economista de profissão, é **Presidente da Câmara Municipal de Soure** desde Janeiro de 1994, tendo sido anteriormente Deputado à Assembleia da República (1991-1994).

João Gouveia exerceu diversos cargos no âmbito do PSD: Presidente da CPS de Soure, vogal da CPD de Coimbra e membro do Conselho Nacional.

A Deputada **Raquel Cardoso é professora**, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Raquel Cardoso desempenhou vários cargos nos conselhos directivos das escolas preparatórias do Bocage e Luísa Todi, bem como na Escola Secundária do Bocage, antigo Liceu Nacional de Setúbal. Raquel Cardoso foi vogal das Comissões Políticas Concelhia e Distrital de **Setúbal** do PSD, tendo sido também vogal da Assembleia de Freguesia de São Julião e da Assembleia Municipal de Setúbal.



Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int

João Gouveia

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: JGouveia@europarl.eu.int

Raquel Cardoso

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: RCardoso@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa